

**A (im)parcialidade da imprensa sob o olhar do historiador**

Isabela de Fátima Schwengber\*

**Resumo:** Ao utilizar a imprensa como fonte para a pesquisa da História do Tempo Presente, cabe ao historiador compreender os percursos subjetivos da produção de tal documento. Este trabalho objetiva apresentar as teorias do jornalismo formuladas para responder por que as notícias do século XX são como são e como elas (as teorias) podem ser utilizadas no ofício de historiar.

**Palavras-chave:** Teorias do Jornalismo – História do Presente – Fontes Historiográficas

**Abstract:** When using the press as source for the research of the History of the Present Time, fits to the historian to understand the subjective passages of the production of such document. This paper objectives to present the theories of the journalism formulated to answer why the news of century XX are as they are and how these theories can be used in the craft of to historize.

**Key-words:** Theories of the Journalism - History of the Present Time - Historiographic Sources

Estudos sobre o papel dos jornalistas na produção das notícias e sobre o papel do jornalismo na sociedade constituem um campo científico iniciado oficialmente nos cursos de mestrado e doutorado dos Estados Unidos, criados nos anos 30 do século XX. De lá para cá, algumas teorias (ou simplesmente explicações) foram formuladas para tentar responder à pergunta por que as notícias são como são.

Como nas páginas de um jornal visualizamos diversos elementos históricos da sociedade em ação e interação, a imprensa tem sido considerada uma fonte riquíssima principalmente para a História do Presente. Sendo a notícia o principal produto da imprensa, acreditamos que o conhecimento dessas teorias, pelo historiador, pode auxiliá-lo no diálogo com os documentos, durante o seu ofício de historiar.

A notícia que vamos procurar entender pelas teorias são as produzidas pelo jornalismo de influência norte-americana, que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação. Por isso mesmo, a imparcialidade tem sido o paradigma deste jornalismo e a norteadora das teorias que vamos comentar neste trabalho.

Tomaremos a definição de Lage (1987, p. 16), que considera notícia toda transformação ou enunciação observável no mundo julgada como de interesse para o público

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, docente na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal e assessora de imprensa na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Dourados.

e relatada a partir do fato mais importante ou interessante, sendo cada fato relatado a partir do aspecto mais importante ou interessante.

A notícia é o único produto da imprensa que não tem o objetivo de expressar opiniões: é escrita a partir de normas e técnicas que objetivam lhe conferir o caráter de isenta e impessoal. Sua redação deve ser descritiva e rigorosa no sentido de não expressar juízo ou valor. Ela deve informar o que aconteceu, porque, quando, onde, como e quem estava envolvido, apresentando-se com ou sem imagens (fotografias ou ilustrações). Os textos são sempre em terceira pessoa porque precisam produzir um distanciamento do jornalista que o escreve e projetar uma imagem dele como um observador imparcial.

Adjetivos e substantivos cujos significados podem sofrer diversas interpretações devem ser evitados. As notícias não devem transmitir opinião do jornalista e este deve ouvir todos os lados envolvidos no acontecimento para deixar que o leitor tire suas próprias conclusões. Essa idéia da imparcialidade surgiu nos Estados Unidos no começo do século XX para contrapor ao modelo sensacionalista, que dava ênfase às histórias sentimentais e de crime que distraem e ao mesmo tempo projetam aspirações e angústias da população. O modelo passou a ser adotado no Brasil a partir dos últimos anos da década de 1950 e permanece até hoje.

A respeito da produção desse modelo de notícia, vamos comentar sobre as seguintes teorias que tentam explicá-la: do espelho, do *gatekeeper*, organizacional, de ação política, construcionistas, estruturalista e interacionista.

Formulada nos anos de 1930, a **teoria do espelho** é a mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. De acordo com Traquina (2005), recebe esse nome porque concebe o produto jornalístico como sendo uma fotografia fiel da realidade, um espelho. A noção-chave é de que o jornalista é um comunicador desinteressado, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, com honestidade e equilíbrio, cauteloso para não emitir opiniões pessoais.

A teoria do espelho surgiu em um momento de vitória do paradigma positivista, que pretendia eliminar a subjetividade da ciência, criando metodologias totalmente racionais. Essa preocupação positivista se refletiu no jornalismo na forma de contraposição ao jornalismo literário, em que o jornalista era o porta-voz de uma ideologia. Também foi uma reação contra os excessos do chamado jornalismo sensacionalista, já comentado.

De todas as teorias que se ocuparam da notícia, essa é talvez a mais criticada. Mesmo assim, é a bússola norteadora dos manuais de redação e das regras de conduta dos

jornais. Parte-se do princípio de que escrever a matéria de forma impessoal e ouvir os dois lados da questão é a garantia de se ter um retrato fiel da realidade.

Já a **teoria do gatekeeper** dá ênfase à ação pessoal: considera que o processo de seleção é arbitrário e subjetivo e o jornalista age como um porteiro, que abre e fecha a porta para as notícias. Essa teoria surgiu originalmente no campo da psicologia e foi adaptada à análise comunicacional por David Manning White (1994), nos anos de 1950.

Generalizando, pode-se dizer que todo jornalista, a todo o momento, é um gatekeeper, pois além das escolhas das pautas que mais interessam, cabe a eles, também, a escolha dos detalhes que serão publicados. Um profissional pode abrir o portão para determinada informação em uma notícia e fechar para outros. Além disso, há profissionais, como os editores, que têm como função abrir ou fechar o portão para os fatos que serão divulgados, configurando verdadeiros gatekeepers.

Esta teoria analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista. Assim, privilegia apenas uma abordagem micro-sociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer outros fatores macro-sociológicos. Torna-se, portanto, uma teoria que individualiza uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização.

O enfoque sobre a ação social será dado pela **teoria organizacional**, que amplia a abordagem teórica do âmbito individual para a organização jornalística. Criada por Warren Breed (1994), também na década de 1950, essa teoria insere o jornalista no seu contexto mais imediato: a organização para a qual trabalha. Breed dá destaque para os constrangimentos organizacionais pelos quais passam os jornalistas e considera que estes obedecem muito mais às normas e à política editorial da empresa do que aos seus impulsos pessoais na hora da escolha das notícias.

Este autor aponta para a importância do fator econômico na atividade jornalística, pois para ele todas as empresas privadas de comunicação vêem o jornalismo como um negócio. Como as receitas provêm basicamente das vendas e da publicidade, o espaço ocupado por esta acaba intervindo na produção do produto jornalístico. As teorias organizacional e do *gatekeeper* demonstram que toda notícia é apenas uma versão dos fatos, e nunca a versão definitiva dos mesmos.

Já as **teorias de ação política** se enquadram junto a outros estudos, iniciados na década de 1960, quando o interesse passou a ser a ideologia. O foco de investigação são os estudos de parcialidade, que partem do princípio de que as notícias deveriam refletir a realidade sem distorção. A imprensa é vista de uma forma instrumentalista, isto é, serve objetivamente a certos interesses políticos na projeção da sua visão de mundo: na versão de

esquerda, é vista como instrumento que ajuda a manter o sistema capitalista; na versão de direita, serve como instrumento que põe em causa o capitalismo.

Na versão de direita, defendida nos estudos de Kristol (1975) e Efron (1971) apud Traquina (2005), a teoria atribui aos jornalistas um apelo ativo, pois estes teriam o controle pessoal sobre o produto jornalístico e estariam dispostos a injetar suas preferências políticas no conteúdo noticioso.

Na versão de esquerda, que recebe formulação completa de Herman e Chomsky (1989, apud Traquina, 2005), o papel dos jornalistas é pouco relevante, reduzidos à função de executantes a serviço do capitalismo, quando não coniventes com as elites. Inserida numa tradição marxista ortodoxa onde o fator econômico é determinante, esta versão é macro-sociológica, ou melhor, macroeconômica. Para esses dois autores, o conteúdo noticioso é determinado por certas propriedades estruturais dos meios de comunicação, em particular por sua ligação com os negócios e com o governo. Assim, as notícias servem aos interesses do poder estabelecido.

Baseada antes da queda do muro de Berlim e em estudos de caso limitados a questões de política internacional, a teoria de Herman e Chomsky é questionada quanto a sua capacidade explicativa no que diz respeito a assuntos domésticos onde a “elite econômica” pode estar mais suscetível a divisões. Mas o problema central com o modelo proposto por esses autores é a sua visão determinista do funcionamento do campo jornalístico em que os jornalistas ou colaboram na utilização instrumentalista dos meios de comunicação ou são totalmente submissos aos desígnios dos interesses dos proprietários.

As **teorias construcionistas** foram formuladas nos anos de 1970 e concebem as notícias como construção social, reconhecendo um grau maior de autonomia por parte dos jornalistas. Sendo assim, as notícias seriam narrativas marcadas pela cultura dos membros da rede noticiosa e pela cultura da sociedade onde estão inseridos, sendo necessário mobilizar todo um saber de narração que pressupõe a aprendizagem da linguagem jornalística. A ênfase na resposta às perguntas quem? o que? onde? quando? e por quê? e a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos são alguns exemplos de como a notícia, dando vista ao acontecimento, constrói o acontecimento e a realidade.

O paradigma da notícia como construção não apenas considera o conceito de distorção inadequado como discorda da perspectiva das teorias que defendem as atitudes políticas dos jornalistas como um fator determinante no processo de produção de notícias. Também rejeita as notícias como espelho, pois argumenta que, num mundo em que tudo gira

ao redor dos meios de comunicação de massa, é impossível separar a realidade da realidade que é mostrada pela mídia.

O segundo ponto que defende é a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta de significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutra é impossível. Embora o fato seja fator fundamental do jornalismo, sem o qual o mesmo não existe, há uma certa subjetividade e essa subjetividade se encontra na escolha dos fatos e das notícias. Em terceiro lugar, é de opinião que os meios de comunicação estruturam a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores da organização do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a própria maneira como a rede noticiosa é posta para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos.

A **teoria estruturalista** emergiu na década de 1970 e defende a posição de que os valores-notícia dos jornalistas têm um papel central na reprodução da ideologia dominante, assim como na teoria da ação política. Mas, ao contrário desta segunda, reconhece a autonomia relativa do jornalistas em relação ao controle econômico direto. Hall et. al chamam a atenção de que, nas rotineiras estruturas de produção de notícias, os meios de comunicação reproduzem as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço.

Segundo os autores, as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade combinam-se para produzir um exagerado acesso aos meios de comunicação por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas: os “definidores primários”, que levam os jornais a reproduzirem as suas definições.

A teoria estruturalista é criticada por um determinismo excessivo: segunda ela, não há forma de conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas; estes nunca tomam iniciativa, nunca desafiam os “definidores primários”. Pela teoria, nunca há um processo de negociação antes da definição principal. Encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu potencial como recurso para os diversos agentes sociais.

Na visão da **teoria interacionista**, as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima - o acontecimento - em um produto - a notícia. Citando Gaye Tuchman, Traquina (2005) lembra que esta teoria - também chamada etnoconstrucionista por sua proximidade conceitual - aponta o processo de produção das notícias como interativo, no qual diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante.

De acordo com ela, diariamente confrontados com abundância de acontecimentos e escassez de tempo, e lutando para impor ordem no espaço e no tempo, os jornalistas criam rotina de "previsibilidade" até para conseguir cobrir os principais fatos considerados noticiáveis para a edição do dia. Além disso, Traquina pontua que o ritmo do trabalho jornalístico, o valor do imediatismo e a definição do jornalismo como relatos atuais têm como consequência a ênfase nos acontecimentos, e não nas problemáticas.

Essa base teórica recusa a encarar as notícias como um “espelho” da realidade e as ocorrências noticiadas como as partes necessariamente mais importantes de uma realidade objetiva. Para Mototch e Lester (1975, apud Traquina, 2005), nem todas as ocorrências são acontecimentos. A constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a eles, de constituí-los como recurso de discussão. Neste processo, os autores mostram que a intencionalidade está por trás de uma parte significativa dos chamados “acontecimentos de rotina”.

Assim, nas sociedades de comunicação de massa, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da ação estratégica dos diversos agentes sociais, em particular do campo político. Um objetivo primordial da luta política consiste em fazer concordar as suas necessidades de acontecimentos com as dos profissionais do campo jornalístico.

Após explanar cada uma das teorias que tentam explicar os fatores que interferem na produção das notícias, vemos que elas não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independente uma das outras. O próprio Traquina (2005, p 204) reforça isso ao afirmar que as notícias são uma construção social, onde a realidade é uma das condições que ajuda a moldá-las. As notícias também refletem: 1) os aspectos manifestos no acontecimento; 2) as narrativas daqueles que governam o que os jornalistas escrevem; 3) a influência do dono do jornal e o imperativo econômico; 4) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda atividade jornalística; 5) os valores - notícia dos jornalistas; e 6) as identidades das fontes de informação com quem falam. .

Conquistar um público para si é o objetivo de todos os jornais. Com essa intenção, os jornalistas preocupam-se e têm o cuidado desde a escolha à maneira de melhor apresentar a notícia, tanto quanto à redação como tecnicamente. Porém, as técnicas empregadas sempre estão em conformidade com a linha editorial da empresa.

Mesmo assim, qualquer tipo de interpretação fica mascarado nos textos jornalísticos, em nome de fatos que falam por si, quando na verdade os fatos falam quando são abordados pelos jornalistas, que também decidem em que ordem e em que contexto eles devem aparecer. Segundo Erbolato (2003, p. 78), a maioria das pessoas tem confiança do que

lê no jornal, pois ele representaria a verdade. Porém, a idéia de verdade, segundo Lage (1987, p. 25), está “restrita ao conceito clássico de adequação do enunciado aos fatos. Do ponto de vista técnico, a notícia não é avaliada por seu conteúdo moral, ético ou político; o que importa é se *de fato aconteceu aquilo (...)*”. Nós, os historiadores, sabemos que os fatos são sempre construídos e reconstruídos.

As notícias permitem o conhecimento dos aspectos do mundo que o grupo que as produziu julgou como importantes a serem divulgados. Nessa ação seletiva, alguns fatos são priorizados em detrimento de outros, ou seja, as notícias já chegam ao público carregadas de representações. Essas representações participam do cotidiano da população e acabam se tornando senso comum naquela sociedade.

Por isso o historiador deve ficar atento às particularidades do fazer jornalístico. As técnicas para a produção das notícias servem para padronizar e facilitar o trabalho da redação, que deve ser ágil, mas também colaboram para fazer circular determinados discursos, a partir da determinação do que é importante ser divulgado, como e de que forma, com uma linguagem que lhe confere o *status* de isento.

O historiador não deve perder de vista o fato de que o texto jornalístico é resultado de uma montagem, mesmo que inconsciente, dos grupos que o produziram e que o produto final resulta de relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntariamente ou não – determinada imagem da sociedade. Assim, como qualquer outro documento, o jornal registra alguns aspectos da história cotidiana e outros acabam sendo deixados de lado, permitindo aos seus leitores que construam uma imagem do mundo que na verdade é “pré-selecionada e predeterminada para nós, não tanto por acaso, mas por pessoas que estavam consciente ou inconscientemente imbuídas de uma visão particular e que consideravam os fatos que sustentavam esta visão dignos de serem preservados” (CARR, 1982, p.16).

Schwengber (2005), ao analisar as representações sociais do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul, chama a atenção para pensar os meios de comunicação inseridos em uma estrutura industrial, não só de propriedade, mas de produção de notícias (bens simbólicos), com o cuidado de não construir uma visão simplista de que eles reforçam os valores das classes dominantes simplesmente por serem propriedades capitalistas. A relação é mais sutil e se dá por meio da influência dos valores fortes da sociedade de onde ela é produzida. Devemos pensar, ainda, que a imprensa também influencia o seu público por meio da construção de novos valores ou pela apropriação que cada um faz de suas mensagens.

### Referências Bibliográficas

- BREED, Warren. Controlo social na redacção: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1994.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5ª ed. Ática, São Paulo, 2003.
- HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1994.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987. (Série Princípios).
- WHITE, Davi Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1994.
- SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995-2000)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS. Dourados, MS.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2ª ed. Florianópolis, Insular, 2005. v 1.